



Livre-arbítrio, Espírito e Vacuidade: três linguagens da liberdade

na perspectiva da **Filosofia da Rede Inter-relacional**

PROF. DR. PLÍNIO MARCOS TSAI

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da
Universidade Metodista de São Paulo

Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade
Metodista de São Paulo

Docente da Graduação em Teologia da Universidade Metodista de São
Paulo

Docente da Graduação em Direito da Universidade Metodista de São Paulo

Resumo

Esta exposição investiga a concepção budista de liberdade como autodisciplina ética e meditativa, articulada no **Nobre Caminho Óctuplo**¹ e na doutrina dos **Três Treinamentos**²

À luz da **Filosofia da Rede Inter-relacional**, contrastam-se três linguagens da liberdade:

Livre-arbítrio Agostiniano

Fundado na pessoa criada e na graça divina

Autodeterminação Hegeliana

Fundado no Espírito que se realiza na história e na eticidade do Estado

Interdependência Budista

Fundada na vacuidade 空 (ㄎㄨㄨ) e na coprodução condicionada 緣起 (ㄩㄢˊ ㄘㄩˊ)

Demonstra-se que tanto Agostinho quanto Hegel, apesar de suas profundas diferenças, operam com uma **ontologia da substância** que pressupõe um sujeito metafísico como agente da liberdade — precisamente aquilo que a filosofia da rede inter-relacional trata como **"superimposição"** 增益 (ㄉㄞˊ ㄘㄩˊ) e que é identificada como a raiz do "preconceito hegeliano". Examina-se, por fim, a comunidade monástica 僧伽 (ㄙㄨㄥ ㄍㄞ) como suporte relacional para a libertação, reinterpretada pela metáfora da **Rede de Indra** vindo da escola Huáyán 華嚴 (ㄏㄨㄚˊ ㄩㄢˊ).

Introdução

O problema da liberdade percorre transversalmente a filosofia ocidental e a filosofia oriental, mas as linguagens com que cada tradição o articula são distintas.

Ocidente Cristão

A liberdade foi pensada predominantemente como atributo de um sujeito substancial — a pessoa criada à imagem de Deus, dotada de livre-arbítrio, chamada a aderir livremente ao bem.

Idealismo Alemão (Hegel)

A liberdade concebida como autodeterminação racional do Espírito que se realiza na história e na eticidade do Estado.

Budismo

A liberdade 解脫 (ㄐㄞˋ ㄊㄨㄞˋ) é pensada como rompimento da ignorância distorciva que gera a ilusão de que existe um eu substancial e inerentemente existente.

A presente exposição adota como percurso hermenêutico a **Filosofia da Rede Inter-relacional** (Tsai, 2024), que articula a lógica da vacuidade 空 (ㄎㄨㄥ) de *Nāgārjuna* 龍樹 (ㄌㄨㄥˊ ㄕㄨˋ), a complementaridade *yin-yang* 陰陽 (ㄧㄣ ㄩㄥ) de *Laozi* e *Zhuangzi* e a inter fusão 圓融 (ㄩㄢ ㄩㄥ) da Escola *Huáyán* 華嚴 (ㄏㄨㄚˊ ㄩㄢˊ).

- ① A hipótese central é que o Caminho Óctuplo 八正道 (ㄅㄚˋ ㄓㄨㄥˊ ㄊㄨㄞˋ) oferece uma compreensão da liberdade irreduzível às categorias ocidentais — expressão de uma (anti)ontologia relacional que desconstrói o pressuposto sobre o qual as filosofias ocidentais da liberdade se erguem: a existência de um eu substancialmente concebido como uma essência inerentemente existente.

Agostinho e o livre-arbítrio: a liberdade como adesão à graça

1. A emergência do problema

Aurélio Agostinho (354–430), Bispo de Hipona, foi o primeiro pensador a oferecer uma formulação sistemática da relação entre livre-arbítrio humano e graça divina, estabelecendo as coordenadas fundamentais dentro das quais o cristianismo latino pensaria a liberdade. Sua reflexão surge do confronto com duas grandes controvérsias:

Maniqueísmo

Postulava um dualismo radical entre bem e mal, luz e trevas, atribuindo o mal a um princípio ontológico independente. Esta cosmologia retirava a responsabilidade total sobre os atos éticos e morais do ser humano, uma vez que o mal seria obra de uma força exterior.

Agostinho rompeu com esta visão ao afirmar a realidade do livre-arbítrio: *"o mal não é uma substância, mas uma distorção da vontade, um afastamento do bem supremo"* (De libero arbitrio, II, 19, 50).

Pelagianismo

A doutrina do monge Pelágio afirmava que o ser humano poderia alcançar a salvação por seus próprios méritos — sem necessidade da graça divina. O livre-arbítrio seria suficiente para cumprir os mandamentos.

Contra esta posição, Agostinho desenvolveu sua doutrina madura da graça: o livre-arbítrio, ferido pelo pecado original, é incapaz de escolher o bem salvífico sem o auxílio da graça divina.

Livre-arbítrio, vontade, graça e ontologia

2. Livre-arbítrio, vontade e graça

No *De libero arbitrio* (388–395), Agostinho define o livre-arbítrio como a capacidade da vontade de escolher entre alternativas. A vontade (*voluntas*) é uma faculdade da alma racional que se move por si mesma, sem ser determinada por causas externas.

Agostinho distingue dois níveis:

- **Livre-arbítrio** (*liberum arbitrium*): a capacidade de escolher — condição de possibilidade da liberdade
- **Liberdade** (*libertas*): o bom uso do livre-arbítrio, a liberdade para o bem

"Deus opera em nós o querer e o fazer, mas não sem nosso consentimento." — AGOSTINHO, *De gratia et libero arbitrio*, XVII, 33

A graça divina não anula o livre-arbítrio, mas o restaura e o eleva. A fórmula "a graça não destrói a natureza, mas a aperfeiçoa" — que Tomás de Aquino posteriormente transformaria em elemento central — já está presente na teologia agostiniana.

3. A ontologia subjacente: a pessoa como substância criada

O que fundamenta o pensamento agostiniano sobre a liberdade é uma ontologia específica: o ser humano é uma substância criada à imagem de Deus (Gênesis 1, 26–27), dotada de razão e vontade.

A pessoa humana, enquanto imagem da Trindade, é caracterizada por três faculdades que refletem, no criado, a vida trinitária do Criador (*De Trinitate*, X, 12, 19):

Memória

Inteligência

Vontade

Esta ontologia personalista é o pressuposto irrenunciável sobre o qual se ergue a doutrina agostiniana do livre-arbítrio. Só pode ser livre um ser que seja substancialmente real, distinto de Deus, mas capaz de relacionar-se com Ele. A relação entre graça e livre-arbítrio é a expressão mais profunda da natureza criatural do ser humano.

Hegel e a liberdade como autodeterminação do Espírito

1. A superação do livre-arbítrio agostiniano

Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770–1831) opera uma transformação radical na compreensão da liberdade. Embora profundamente marcado pela teologia luterana, Hegel desloca o problema da liberdade do plano da relação entre vontade criada e graça divina para o plano da **autodeterminação do Espírito na história**.

"A representação mais comum da liberdade é a do arbítrio, isto é, a capacidade de escolher entre determinações opostas." — HEGEL, *Filosofia do Direito*, 2010

1

Livre-arbítrio (pré-estágio)

Liberdade do indivíduo que escolhe entre opções dadas — externas, contingentes. O sujeito permanece preso à particularidade de seus desejos e inclinações.

2

Autodeterminação Racional

"O livre é o que não depende de outro, mas se relaciona consigo mesmo." O Espírito supera a alienação e reconcilia-se com o mundo.

3

Eticidade Concreta

O Espírito se autodetermina ao se reconhecer no outro, nas instituições da eticidade: família, sociedade civil, Estado.

A ontologia hegeliana: o Espírito como substância-sujeito

2. A ontologia subjacente

"A substância viva é o ser que é na verdade sujeito, e é o ser que é efetivamente real, mas só na medida em que é o movimento de pôr-se a si mesmo." — HEGEL, Fenomenologia do Espírito, 1992

A liberdade não é um atributo que o Espírito possui, mas sua própria natureza: o Espírito é o que se sabe a si mesmo, o que se produz a partir de si mesmo, o que é resultado de sua própria atividade (HEGEL, 2011).

Ontologia Agostiniana

A substância da alma é **criada por Deus** e mantida no ser por Ele. A liberdade humana é **participação** na liberdade divina. O ser humano é criatura, distinto de Deus.

Ontologia Hegeliana

O Espírito não é criado, mas **autoproduzido**. A liberdade não é participação, mas **autodeterminação absoluta**. Deus mesmo é Espírito que se sabe a si mesmo através da consciência humana na história.

⚠ Esta diferença fundamental, contudo, não impede que ambas as ontologias compartilhem um pressuposto comum: a **existência de um sujeito substancial como agente da liberdade**.

O "preconceito hegeliano" e a crítica da Filosofia da Rede Inter-relacional

1. A lógica predicativa como fundamento comum

Tanto a filosofia agostiniana quanto a hegeliana, apesar de suas diferenças, operam com a **lógica predicativa** — aquela que reduz todo enunciado à forma "S é P" e pressupõe uma substância última como fundamento do real. Esta lógica, derivada da tradição aristotélica, caracteriza-se por três pressupostos (TSAI, 2024, p. 149):

- 1 Redução à cópula "ser"
- 2 Estrutura metafísica da linguagem (S é P)
- 3 Fundamento ontológico da substância metafísica

2. O "preconceito hegeliano"

O "preconceito hegeliano", como identificado por Florentino Neto (2012), consiste na tendência a **projetar as categorias da filosofia ocidental como universais**, invisibilizando formas alternativas de liberdade.

- ⊗ Hegel classificou o budismo como "religião do nada", incapaz de alcançar o princípio da subjetividade livre (HEGEL, 1988). Esta hierarquização decorre da lógica predicativa: se a liberdade é autodeterminação de um sujeito substancial, então toda tradição que não opera com a noção de sujeito substancial é automaticamente excluída do desenvolvimento do Espírito.

Uma das diferenças pode ser a de que a tradição agostiniana, ao contrário de Hegel, não hierarquizou as culturas de acordo com seu grau de liberdade. Hegel parece simplesmente não ter considerado que pudesse haver tradições que concebem a liberdade sem pressupor um eu substancial inerentemente existente.

A noção filosófica da lógica do budismo e a vacuidade do eu como libertação

1. O Caminho Óctuplo como desconstrução do agente

O Nobre Caminho Óctuplo ¹ quarto enunciado das Quatro Nobres Verdades 四聖諦 (ム`尸ノ`カ一`), configura uma compreensão da liberdade que não passa pela afirmação de um sujeito substancial, mas por sua progressiva desconstrução.

Fala correta 正語 (卍ノ`口`)

Ação correta 正業 (卍ノ`一セ`)

Modo de vida
correto 正命 (卍ノ`
口一ノ`)

Esforço correto 正勤
(卍ノ`ノ`一ノ`)

Atenção plena
correta 正念 (卍ノ`
ノ一ノ`)

Concentração
correta 正定 (卍ノ`
カ一ノ`)

Visão correta 正見
(卍ノ`ノ一ノ`)

Intenção correta 正
思 (卍ノ`ム)

No *Dhammacakkappavattana Sutta* 轉法輪經 (卍ノ`ノ`口一ノ`カ一ノ`ノ一ノ`), o Buda apresenta o caminho como uma **via média** 中道 (卍ノ`ノ`カ一ノ`) entre os extremos do eternalismo e do aniquilacionismo. A visão correta 正見 (卍ノ`ノ一ノ`) é a compreensão das Quatro Nobres Verdades e, fundamentalmente, da coprodução condicionada 緣起 (口ノ`ノ一ノ`): "Quando isto existe, aquilo existe; da produção disto, aquilo é produzido" (*Majjhima Nikāya* 79 apud FERRARO, 2016). A atenção plena correta 正念 (卍ノ`ノ一ノ`), estabelecida sobre os quatro fundamentos 四念處 (ム`ノ一ノ`ノ一ノ`) — corpo, sensações, mente e fenômenos —, é a prática pela qual o meditador observa diretamente o fluxo dos agregados 五蘊 (ノ`口一ノ`) e percebe que não há nenhum "eu" permanente subjacente a esses processos.

O não-eu e o contraste entre as tradições

2. O não-eu 無我 (ムヱ) como ontologia da libertação

A lógica filosófica da vacuidade do eu, tradicionalmente chamada de não-eu 無我 (ムヱ), é o fundamento (anti)ontológico sobre o qual se ergue toda a ética da autodisciplina budista. O *Anattalakkhana Sutta* 無我相經 (ムヱトウカニョウ) desconstrói metodicamente cada um dos cinco agregados:

色 (ムシ)

Forma material

受 (ウケ)

Sensação

想 (ソウ)

Percepção

行 (ゴウ)

Formações mentais

識 (シ)

Consciência

Nenhum deles é permanente, nenhum é satisfatório, nenhum pode ser legitimamente considerado como "eu" ou "meu". Pelo princípio da superimposição 増益 (ゾウイキ): "o eu inerentemente existente, experimentado conceitualmente e vividamente pela mente, ocorre mediante uma atribuição ou superimposição" (TSAI, 2024, p. 155). Esta cognição falsa, que a tradição budista *Mahāyāna* denomina ignorância distorciva 無明 (ムメイ), seria a raiz do sofrimento.

3. Contraste enunciado entre as tradições

Tradição Agostiniana

A liberdade pressupõe uma alma substancial criada por Deus, dotada de vontade livre, cuja realização plena se dá na adesão à graça.

Tradição Hegeliana

A liberdade pressupõe o Espírito como substância-sujeito que se autodetermina na história e se reconcilia consigo mesmo nas instituições éticas.

Tradição Budista

A liberdade não pressupõe nenhum sujeito substancial inerentemente existente. A liberdade está na condição existencial necessária da vacuidade de substância última.

- ① O princípio das duas verdades 二諦 (ニジツ), tomado da tradição *Madhyamaka*, permite reconhecer a validade funcional de cada linguagem da liberdade no plano da verdade convencional 世俗諦 (セコクジツ), sem reificá-la como absoluta no plano da verdade última 勝義諦 (ショウギジツ).

A comunidade como suporte relacional

4. A *saṅgha* e a Rede de Indra

A *saṅgha* 僧伽 (ムル < 一セ´) é um dos **Três Tesouros** 三寶 (ムマ ヅ 么´) da religião budista, ao lado do Buda 佛 (ㄔㄜ´) e do *Dharma* 法 (ㄔㄩ´).

Tradição Agostiniana

Medeia a graça sacramental e constitui o corpo de Cristo — suporte comunitário indispensável para a adesão da vontade à graça divina.

Tradição Hegeliana e a Concepção de Estado

Encarna a eticidade objetiva, sendo a realização concreta da liberdade do Espírito.

Tradição Budista

Comunidade de praticantes cuja autoridade é apenas funcional — suporte relacional para a libertação.

O Buda histórico (V a.C.) recusou designar um sucessor, exortando os monges e monjas a tomarem o *Dharma* como refúgio e guia (*Mahāparinibbāna Sutta*, *Dīgha Nikāya* 16). Esta recusa em reificar a autoridade em uma pessoa ou instituição é profundamente coerente com a (anti)ontologia do não-eu.

A metáfora da **Rede de Indra** 因陀羅網 (一ム 去メセ´ カメセ´ ヂ尤´), proveniente do *Avataṃsaka Sūtra* 華嚴經 (ㄈㄨㄨ´ ㄩ´ 一マ´ ㄌ 一ㄌ) e sistematizada por *Fǎzàng* 法藏 (ㄔㄩ´ ㄆㄨ´) na Escola *Huáyán* 華嚴 (ㄈㄨㄨ´ ㄩ´ 一マ´): cada joia reflete todas as demais e é refletida por todas, de modo que o todo está em cada parte e cada parte está no todo (COOK, 1977).

A *saṅgha*, nesta perspectiva, é uma rede em que cada monge, cultivando a atenção plena 念 (ㄋㄨ´ 一マ´) e a compaixão 慈悲 (ㄘ´ ㄩ´ ㄨ´), reflete a totalidade da comunidade e do cosmos. A autoridade não está concentrada em um centro, mas distribuída holograficamente em toda a rede. Na constituição da filosofia da rede inter-relacional houve a retirada da finalidade soteriológica na adoção dos princípios, começando pelos *nagarjunianos* até chegar aos da Escola *Huáyán*, onde se manteve a sua noção lógica de mútua determinação e inter fusão.

Conclusão

O contraste entre as noções lógicas das três tradições pode desvelar a existência de **três linguagens da liberdade irredutíveis entre si**.

Tradição Agostiniana

Liberdade como adesão da vontade criada única e exclusivamente para receber a graça divina.

Tradição Hegeliana

Liberdade como autodeterminação do Espírito na história.

Tradição Budista

Liberdade como destruição da (de-)ilusão de um eu substancial inerentemente existente mediante a prática ética e meditativa do Caminho Óctuplo 八正道 (ㄅㄨㄛˋ ㄅㄢˋ ㄉㄠˋ ㄉㄨㄛˋ).

As duas primeiras compartilham um pressuposto fundamental: a existência de um sujeito substancial como agente da liberdade — que a terceira precisamente desconstrói. O "**preconceito hegeliano**", identificado por Florentino Neto (2012), é a tendência a projetar este pressuposto como universal, excluindo do desenvolvimento da liberdade as tradições que não operam com a ontologia da substância.

A **Filosofia da Rede Inter-relacional**, ao articular *vacuidade* 空 (ㄎㄨㄥˋ), mútua determinação 緣起 (ㄩㄢˊ ㄑǐ) e inter fusão 圓融 (ㄩㄢˊ ㄖㄨㄥˊ), oferece instrumentos para superar este preconceito sem cair no relativismo. O princípio das duas verdades 二諦 (ㄦˊ ㄉㄨㄛˋ) permite reconhecer a validade funcional de cada linguagem da liberdade no plano convencional, enquanto a *vacuidade* impede que qualquer uma delas se absolutize.

- ☑ A função do pesquisador em Ciências da Religião, orientado pela Filosofia da Rede Inter-relacional, não seria de eleger a linguagem verdadeira da liberdade entre as três tradições, mas **cultivar a capacidade de transitar entre elas**, reconhecendo cada uma como uma joia que reflete todas as outras na rede infinita das possibilidades humanas de significar a liberdade.

Referências

AGOSTINHO, Santo. *A graça e a liberdade* (De gratia et libero arbitrio). In: *A Graça* (2). Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1999. (Coleção Patrística, v. 13).

FERRARO, Giuseppe G. *Versos Fundamentais do Caminho do Meio: Mūlamadhyamakakārikā de Nāgārjuna*. Campinas: Editora Phi, 2016.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Tradução de Paulo Menezes. Petrópolis: Vozes, 1992.

LOUNDO, Dilip. A Noção de Superimposição (*samāropa*) em *Nāgārjuna* e *Candrakīrti*. In: FLORENTINO NETO, A.; GIACOIA JR., O. (Orgs.). *A Escola de Kyoto e suas fontes orientais*. Campinas: Editora Phi, 2017.

AGOSTINHO, Santo. *O livre-arbítrio* (De libero arbitrio). Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995. (Coleção Patrística, v. 8).

FLORENTINO NETO, Antônio. Heidegger e o inevitável diálogo com o mundo oriental. In: FLORENTINO NETO, A.; GIACOIA JR., O. (Orgs.). *Heidegger e o pensamento oriental*. Campinas: Phi, 2012.

HEGEL, G. W. F. *Filosofia da Religião*. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Pensadores).

TSAI, Plínio Marcos. Os elementos da rede budista-taoísta na Filosofia da Teoria de Rede Inter-relacional. *Modernos & Contemporâneos*, Campinas, v. 8, n. 18, p. 147–163, jan./jun. 2024.

COOK, Francis H. *Hua-yen Buddhism: the jewel net of Indra*. Pennsylvania: Penn State Press, 1977.

HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas: a filosofia do espírito*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. v. 3.

HEGEL, G. W. F. *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio*. Tradução de Paulo Meneses et al. São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Recife: UNICAP; São Paulo: Loyola, 2010.